

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.265 - SP (2018/0307302-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2A AUDITORIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : OZAIR DE PAULA JUNIOR
ADVOGADO : NELSON MASSAKI KOBAYASHI JUNIOR - SP332705
INTERES. : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROMOÇÃO NA CARREIRA MILITAR. ATO ADMINISTRATIVO NÃO REVESTIDO DE NATUREZA DISCIPLINAR. ART. 125, § 4º DA CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR A PRESENTE DEMANDA O JUÍZO DE DIREITO DA 8a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO - SP, O SUSCITADO.

1. Trata-se de Conflito Negativo de Competência estabelecido entre o JUÍZO DE DIREITO DA 2a. AUDITORIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 8a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO - SP, suscitado, nos autos da Medida Cautelar contra a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, requerendo a reintegração no Curso de Formação de Sargentos.

2. A referida demanda foi distribuída à Justiça Comum, que se declarou incompetente para processar e julgar o feito, ao fundamento de que *nos termos do disposto no artigo 125, parágrafo 4o, da Constituição Federal, compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças* (fls. 124).

3. Por sua vez, JUÍZO DE DIREITO DA 2a. AUDITORIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO declinou da competência,

suscitando o presente Conflito, sob o argumento de que *a demanda sub judice visa reparar ilegalidade havida em ato não administrativo militar disciplinar. A jurisdição cível desta Especializada, de acordo com a determinação constitucional, está adstrita a temas relacionados a aspectos disciplinares militares, o que, no caso em apreço, não se verifica* (fls. 229).

4. É o relatório.

5. Cinge-se a controvérsia em determinar qual é o Juízo competente para análise e julgamento da Ação Mandamental relacionada à promoção funcional de militar. Da leitura dos autos verifica-se que o autor foi excluído da Curso de Formação de Sargentos, por ter sido submetido a 4 (quatro) exames de segunda época, sendo que o certame estabelece o limite máximo de 3 (três) exames.

6. A competência da Justiça Militar está delimitada à apuração de crimes e/ou atos disciplinares militares, nos termos do art. 125, § 4º, da Constituição Federal:

Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

(...)

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

6. Assim sendo, compete à Justiça Comum o processamento e julgamento da presente Ação, pois a exclusão do curso de Formação de Sargentos do Autor não se reveste de natureza disciplinar.

7. No mesmo sentido:

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SERVIDORA MILITAR ESTADUAL. EXONERAÇÃO EX OFFICIO. NATUREZA DISCIPLINAR DO ATO ADMINISTRATIVO NÃO CONFIGURADA. HIPÓTESE QUE NÃO SE ENQUADRA NA REGRA DO ART. 125, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO (EC Nº 45/2004). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP, ora suscitado. (CC 54.522/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ de 30/10/2006)

222

3. *Conflito conhecido, declarada a competência do suscitado.* (CC 54.553/SP, Rel. Min. NILSON NAVES, DJ de 6.2.2006)

Página 3 de 4

DIREITO DA 8a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO - SP, o
suscitado.

9. Publique-se.
10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 1º de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

